

Desenvolvimentismo como simulacro

Eleutério F. S. Prado¹

Como se sabe, é bem difícil apreender em pensamento, adequadamente, o mundo social quanto este passa por uma aceleração histórica. Pois, a cabeça pensante pode estar presa em modos de pensar adquiridos com muito esforço no passado e que, então, mostraram-se apropriados para tocá-lo – mas que já não o tocam mais. Nesse caso, os grilhões que lhe tolhem, entretanto, não foram impostos por algo ou alguém de fora, mas, ao contrário, foram postos pelo próprio pensamento. E essa dificuldade, como também se sabe, pode ser ainda maior no campo da prática política já que aí o modo de pensar figura como componente intrínseco das ações que se esforçam para conservar ou para mudar esse mundo que nunca aparece para os agentes históricos como um mundo transparente e de fácil compreensão. Ora, pode acontecer, ademais, que a própria prática política não queira acordar para novos tempos porque eles exigem uma audácia que ela não é capaz de propor para si mesma.

Aqui se quer fazer o estudo de um caso que apresenta grande importância no Brasil após o golpe parlamentar de agosto de 2016. Examina-se a questão de saber se houve ou não um experimento de desenvolvimentismo no período que vai de agosto de 2011 ao fim de 2014, ou seja, no governo do Partido dos Trabalhadores (PT) liderado por Dilma Rousseff. Para tanto, essa nota vai se valer de dois estudos de primeira qualidade que se debruçaram sobre esse período para interpretá-lo. O primeiro, de André Singer, não só defendeu uma tese afirmativa sobre a substância da questão, mas, para atender a esse fim, cunhou o rótulo “ensaio desenvolvimentista” para assim designar o fenômeno na ordem do tempo (Singer, 2015). O segundo, de Pedro C. D. Fonseca, Marcelo Arend e Glaison A. Guerrero, procurou sustentar uma tese negativa. Após definirem o termo chave com base na experiência histórica que vai de 1930 a 1980, esses três autores chegaram à conclusão de que não existem “bases sólidas para sustentar a hipótese de que se possa falar em desenvolvimentismo” no período considerado (Fonseca, Arend e Guerrero, 2018, p. 14).

Diante dessa divergência de posições – que será aqui interpretada como polaridade derivada de contradição da própria política econômica durante o período mencionado – essa nota procura uma superação no campo da objetividade social e histórica. Para expor essa nova posição faz-se em sequência pequenas sínteses dessas duas posições contrapostas, as quais, seguramente, não podem deixar de serem consideradas como mestras na compreensão do fenômeno social em tela de juízo. Eis que a superação, se bem-sucedida, apenas aprende com elas no registro da negação.

Como mostra a epígrafe posta no artigo de Singer, era o então ministro da fazenda do primeiro governo Dilma, Guido Mantega, que assim chamava a política econômica então implementada: “a política desenvolvimentista continua. A presidente

¹ Professor titular aposentado da FEA/USP. Correio eletrônico: eleuter@usp.br. Blog na internet: <https://eleuterioprado.wordpress.com>.

Dilma não fará uma política neoliberal” (Singer, 2015, p. 39). E ele próprio, baseando-se em conceituação já clássica de Ricardo Bielchowsky, endossa essa posição que, aliás, era a de seu próprio partido, o PT:

Quando se observa o conjunto das ações contidas na “nova matriz [macroeconômica]”, percebe-se o seu nítido viés desenvolvimentista (...). A desobstrução de caminhos para a retomada industrial, os esforços pela industrialização integral do país, a crença no papel indispensável do Estado no planejamento, a descrença nas forças espontâneas do mercado, a decisão por parte do Estado dos setores que devem se expandir e o papel estatal no financiamento destes estiveram todos presentes no que se poderia também denominar de “plano Dilma”. (Singer, 2015, p. 41).

Na verdade, Singer tem plena consciência do caráter polêmico e mesmo problemático desse modo de apreender o que ele mesmo chamou, com evidente exagero retórico, de “plano Dilma”:

Embora reconhecendo a pertinência das dúvidas que o uso do conceito suscita, seguiremos, nesta etapa do trajeto, fieis à decisão de evitar controvérsias (...). Queremos (...) decifrar o destino inglório da “nova matriz econômica” a qual designamos, provisoriamente, de “ensaio desenvolvimentista” para ressaltar o que parece, a nosso ver, a sua marca forte: o “ativismo estatal” na busca da reindustrialização. É aceitável que adiante, bem vista a “verdade efetiva da coisa”, mais do que a “imaginação em torno dela”, como diria Maquiavel, se conclua pela inadequação do termo. Ficamos, todavia, protegidos pelo vocábulo “ensaio”, que remete tanto ao caráter efêmero da experiência quanto ao seu contorno vago. (Singer, 2015, p. 42).

A posição crítica mantida pelos três autores antes mencionados parte também de uma conceituação similar à anterior, agora da lavra de Pedro Fonseca:

Denomina-se desenvolvimentismo a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista. (Fonseca, Arend e Guerrero, 2018, p. 4).

Segundo ainda esse autor, no núcleo duro do conceito de desenvolvimentismo encontram-se três atributos:

(a) a defesa de um projeto nacional, ou uma estratégia para o país, visando superar o subdesenvolvimento; (b) intervenção estatal, pois se entende que os mecanismos de mercado, por si só, não levariam ao resultado desejado; a estratégia precisa ser executada através de ações deliberadas; e (c) a industrialização, a qual abriria espaço para maior convergência de renda, produtividade e estágio tecnológico com os países mais ricos e desenvolvidos. (Fonseca, Arend e Guerrero, 2018, p. 4-5).

Ora, a política econômica efetivamente implementada no governo Dilma, durante o período considerado, tinha esses três atributos? A resposta que os autores

críticos dão a essa pergunta pode ser apresentada em poucas palavras. Primeiro, eles mencionam que as diversas correntes políticas atuantes no interior PT, em virtude de suas divergências estratégicas, nunca chegaram a formular um projeto econômico consistente, propriamente capitalista, para o país. Elas se uniam somente por buscarem todas uma melhor repartição da renda por meio da política salarial, do combate à pobreza, da reforma agrária, assim como por meio do aprofundamento da democracia. A reversão da desindustrialização, em consequência, não constava verdadeiramente do projeto do PT. Em consequência, julgam que esse projeto contemplava apenas os itens “a” e “b” acima elencados, mas de nenhum modo o item “c”. E, sem este último – contestam – não há desenvolvimentismo.

Havia ou não preocupação com o processo de desindustrialização no imaginário e mesmo nos programas do PT? Neles não se encontrava, é certo, a centralidade que a industrialização ocupara nos planos e programas de desenvolvimento econômico elaborados antes do começo das duas últimas décadas do século XX.² Parece difícil, porém, aceitar que tal preocupação estava aí completamente ausente.³ De qualquer modo, sem essa centralidade fica também bem difícil afirmar que a chamada “nova matriz macroeconômica” possa ser tomada simplesmente como desenvolvimentista ou mesmo como um “ensaio desenvolvimentista”.

Aparentemente, os condutores da política econômica acreditaram que uma mera melhora na repartição da renda e na elevação do salário real seria suficiente para puxar o crescimento e, assim, uma eventual reversão da desindustrialização. Não se empenharam, assim, em desenvolver uma política industrial que fosse capaz de se contrapor à globalização neoliberal e ao imperialismo dos países centrais. E isto foi fatal. O artigo de Fonseca, Arend e Guerrero mostrou inequivocamente que o processo de desindustrialização se acentuou em ambos os governos do PT. Por que, então, o desenvolvimentismo continuou aparecendo nos discursos desse partido político?⁴

Em suma, parece que as duas posições têm alguma razão mesmo se elas se opõem radicalmente na ordem do entendimento: uma afirma e a outra nega que o atributo “desenvolvimentista” possa caracterizar a política econômica do PT no primeiro mandato de Dilma Rousseff. Aqui vai-se recursar as duas para admitir que esse atributo constava do ideário e do programa desse partido político, mas apenas na forma de um simulacro. Não era desenvolvimentista, mas assumiu que era e atuou como se fosse. Não se toma, entretanto, esse termo para sugerir que o PT pretendeu enganar e iludir as pessoas em geral ou, mais especificamente, para cooptar eleitores por meio de um discurso intencionalmente falso. Toma-se o termo simulacro no sentido de que este

² A partir de uma crítica pertinente de Pedro Fonseca tornou-se necessário fazer uma correção neste parágrafo da nota. Assim, foram suprimidos os seguintes trechos: Dado, porém, que militavam em outra conjuntura histórica, pode-se pedir que estivesse? (...) Na verdade, a inquietação com a industrialização e com o desenvolvimento econômico estava, sim, presente, no pensamento político do PT.

³ É evidente que houve diferenças significativas – e não apenas importante continuidade – entre os governos do PSDB, de 1995 até 2002 e os do PT, de 2003 a 2010, tal como argumentou em detalhes Armando Boito Jr. (2018). Em particular, o governo do PT abriu, sim, espaço na política econômica para atender aos interesses da fração da burguesia ligada à indústria e à industrialização. Contudo, mesmo depois de 2010, nunca chegou a pôr em prática políticas que desafiassem fortemente o neoliberalismo. A diferenças, portanto, existiram, mas dentro do que foi denominado de modelo liberal-periférico (Filgueiras, 2015).

⁴ Este parágrafo não constava da nota originalmente publicada em 15/06/2018.

partido político adotou para si mesmo uma ilusão e que ela se instalou efetivamente no pensamento e na própria prática política dos militantes do PT e de seus quadros dirigentes. Com base nela, em consequência, não foram capazes de transformar o país, mas produziam apenas mudanças superficiais, facilmente reversíveis, na economia e na sociedade brasileiras.

Por que o desenvolvimentismo se tornou apenas simulacro no governo do PT? Por que ele tem que aparecer como “ensaio” e não, simplesmente, como autêntico desenvolvimentismo? Há razões, mas a seguinte não é uma delas.

Não se participa da gestão central do capitalismo, periférico no caso, impunemente; um partido de trabalhadores, mesmo se é apenas um partido reformista, ou melhor, justamente porque é reformista, só pode se mover em contradição contínua quando se põe a governar o sistema da relação de capital, atuando principalmente (eis que não poderia ser diferente), em última análise, em prol do desenvolvimento do sistema econômico capitalista. O próprio desenvolvimentismo autêntico ou não, como se sabe, não pode ser considerado como uma política econômica anticapitalista ou antiburguesa.

De modo mais geral, por que se passou a falar em neo, social ou novo desenvolvimentismo no período mais recente? Veja-se, de início, que essas denominações são negações determinadas que escondem em parte a negação. Mas é preciso isso explicar melhor; contudo, é necessário apresentar antes um quadro histórico sumário do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

A história do capitalismo no Brasil no pós-guerra pode ser dividido em duas “eras”, as quais estão separadas por uma transição: a primeira, que vai até 1980, é propriamente a “era” nacional-desenvolvimentista; a segunda, que se inicia em 1990 e vai até o presente, figura como “era” liberal-periférica. A transição, entre 1980 e 1990, está marcada pela crise do endividamento externo e pela exacerbação do processo inflacionário. A primeira encontra-se caracterizada pela industrialização liderada pelo Estado, criação de empresas estatais, altas taxas de lucro, forte crescimento econômico. A segunda, ao contrário, está marcada pela desindustrialização, pela privatização de empresas e bens públicos, baixas taxas de lucro e quase estagnação (Prado, 2017). No plano social, a primeira encontra-se assinalada por um persistente esforço de integração social solidária dos trabalhadores (sob regime democrático ou ditatorial), enquanto que a segunda desponta como neoliberal (sob regime formalmente democrático), ou seja, está marcada pela difusão na sociedade da normatividade concorrencial que trata todas as pessoas, inclusive os trabalhadores, como mero recurso ou capital humano. (Dardot e Laval, 2016)

O desenvolvimentismo, como se sabe, foi o nome dado à política econômica implementada na primeira “era” quando o estado nacional periférico podia de fato implementar políticas de industrialização e de substituição de importação (um processo que se iniciara, como se sabe, já na década dos anos 1930). Ora, essa opção afigurou-se como possível diante das condições históricas do capitalismo no pós-guerra que, grosso modo, permitia um crescimento econômico nacionalmente introvertido. E era assim porque essas instituições estavam *grosso modo* marcadas pelo keynesianismo e pela socialdemocracia que se orientavam, também, pelo desenvolvimento interno dos estados nacionais. Ora, essa orientação se tornou uma quase impossibilidade a partir

dos anos 1980 com a emergência da globalização, da financeirização (que não é uma excrecência, mas um desenvolvimento orgânico do capitalismo quando cai a taxa de lucro do capital industrial e esmorece o ritmo de crescimento da produção de mercadorias) (Prado, 2018).

Uma dificuldade das configurações políticas que não quiseram permanecer fortemente minoritárias na era neoliberal é que elas não puderam aparecer nem como francamente neoliberais nem como plenamente antagonistas ao neoliberalismo. O neoliberalismo, é preciso ver, enquanto ideologia e prática social e política, é anti-humanista, antissocial (para ele, a sociedade é uma mera abstração subjetiva) e antidemocrático. Por um lado, portanto, não pode ser fonte direta da legitimação política que, como se sabe, é requerida pelo andamento do próprio capitalismo. O próprio neoliberalismo, em consequência, esforça-se por aparecer como liberalismo com preocupação social, como liberal democracia, conformando-se, assim, também, à lógica do simulacro (aqui, de modo cínico, é claro). Por outro lado, enquanto predomina na sociedade, não permite senão perspectivas políticas que não restringem o evoluir do capitalismo no rumo da desregulação estatal em prol do mercado.

A atuação do PT se insere nesse último caso. Como partido político, ele não pode ser considerado, é certo, com neoliberal (é, de fato, um partido voltado para os trabalhadores e os mais pobres, mas que não busca transcender de fato o capitalismo), mas é preciso ver que teve, sim, de suportá-lo (aliás, no duplo sentido desse verbo), mesmo, talvez, a contragosto. Pois, o neoliberalismo não permaneceu como mero ideário político, mas penetrou fundo tanto na mente das pessoas quanto nas instituições da sociedade, ganhou materialidade social e se transformou (sendo enfático) em “espírito objetivo” de uma “era” histórica. Ora, nessas condições, o desenvolvimentismo só pôde existir como um simulacro.

Torna-se cada vez mais urgente enxergar o que muitos não querem ver: o progresso – mas não as ruínas que causa, pois estas, ao contrário, avultam – tem sido parco já faz mais de trinta anos na história do capitalismo central e periférico (tal como aquele existente no Brasil). O desenvolvimento, em consequência, tem se tornado cada vez mais duvidoso nos países em que ainda acontece. Os chamados governos progressistas têm produzido avanços tímidos e enormes desastres. E que, ademais, não haverá no Brasil – mesmo se a história está aberta ao novo – um amanhã para um autêntico desenvolvimentismo.⁵

⁵ No entanto, se o desenvolvimentismo for redefinido como um mero ativismo do Estado em prol do crescimento com alguma inclusão social (em oposição a um liberalismo econômico igualmente bem genérico que “apenas” confia nas “forças do mercado”) (Kliass, 2018), então a crítica contida nesta nota perderá na aparência o seu alvo. O desenvolvimentismo, nesse caso, teria se tornado bem trivial – não transformador. Na verdade, tal redefinição teria como propósito implícito de tentar disfarçar justamente o simulacro – para manter a ilusão.

Referências bibliográficas

- Boito Jr., Armando – Estado, burguesia e neoliberalismo no governo Lula. *Reforma e crise política no Brasil*. São Paulo: UNICAMP, 2018.
- Dardot, Pierre; Laval, Christian – A nova razão do mundo – Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- Filgueiras, Luiz – A natureza e os limites do desenvolvimentismo no capitalismo dependente brasileiro. In: *Margem Esquerda*, nº 23, 2015.
- Fonseca, Pedro; C.D.; Arend, Marcelo; Guerrero, Glaison A. – Política econômica, instituições e classes sociais: os governos do partido dos trabalhadores no Brasil. UFRGS/UFSC: 2018.
- Kliass, Paulo – A crise dos governos progressistas, 40 anos depois da queda do socialismo real, e a falta de clareza política da esquerda. *Instituto Humanitas Unisinos (IHU)*, 12/06/2018.
- Prado, Eleutério F. S. – A quase estagnação da economia capitalista no Brasil. *Brazilian Journal of Political Economy*, vol. 37 (3), nº 148, 2017.
- _____ – O que é financeirização? I e II. Blog economia e complexidade: <https://eleuterioprado.wordpress.com/2018/05/26/o-que-e-financeirizacao-ii/>
- Singer, André – Cutucando onças com varas curtas – O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos Cebrap*, nº 102, 2015, p. 39-67.